

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHAL UCI - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO



PARECER CONTROLE INTERNO Nº 061/2024

Em atendimento à determinação contida no §1°, do art. 11, da RESOLUÇÃO Nº 11.535/TCM, de 01 de julho de 2014, este Controle Interno DECLARA, para todos os fins de direito, junto Contas Municípios de dos do Pará, que analisou os autos do Processo nº 2024/1/96 referente ao 4º Termo Aditivo do Contrato nº 061/2021 e 3º Termo Aditivo dos Contratos nº 062/2021, 063/2021 e 064/2021, referente a INEXIGIBILIDADE Nº 014/2021, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NO FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE SISTEMAS DE INFORMÁTICA GESTÃO PÚBLICA NOS MÓDULOS ORÇAMENTO CONTABILIDADE PÚBLICA E GESTOR DE NOTAS FISCAIS, DESTINADA A ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO ASSISTÊNCIA **DESTE** MUNICÍPIO MUNICIPAL DE **SOCIAL** CASTANHAL/PA. O referido processo objetiva PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA dos contratos já mencionados, celebrados entre a empresa ASP – AUTOMOÇÃO, SERVIÇOS E PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA e a PREFEITURA MUNICIPAL E FUNDOS DE CASTANHAL. Os mesmos terão vigência prorrogada pelo período de 12 (doze) meses a contar da data de 01/02/2024 a 31/01/2025. Assim, com base nas regras insculpidas pela Lei nº 8.666/93 e demais instrumentos legais correlatos, declaro que o **TERMO ADITIVO** encontra-se:

Revestido de todas as formalidades legais.

Salvo melhor juízo, esta Unidade de Controle Interno entende que o 4º e 3º TERMO ADITIVO dos contratos supramencionados, encontram-se em ORDEM, podendo a Administração Pública dar sequência a realização e execução das referidas despesas e, por fim, DECLARA estar ciente de que as informações aqui prestadas estarão sujeitas à comprovação por todos os meios legais admitidos, sob pena de crime de responsabilidade e comunicação ao Ministério Público Estadual, para as providências de alçada.

Castanhal/PA, 07 de março de 2024.

HELTON J. DE S. TRAJANO DA S. TELES
CONTROLE INTERNO
Portaria Nº 624/23